



6º PLANO DE AÇÃO DE GOVERNO ABERTO NO ÂMBITO DA OGP

11ª REUNIÃO DE MONITORAMENTO DO COMPROMISSO 1

INSTRUMENTOS PARA APRIMORAR TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA

INFORMAÇÕES GERAIS DA REUNIÃO

- 1. Data:** 02.10.2026
- 2. Local:** Reunião virtual – Aplicativo Microsoft Teams

PARTICIPANTES PRESENTES

- 1. Controladoria-Geral da União (CGU)**
 - a. Guilherme Fortuna
 - b. Máira Luisa Milani de Lima
 - c. Silvestre Henrique Ferreira Cerejo
- 2. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI)**
 - a. Renato Rocha Dias Santos
 - b. Viviane Silveira Amaral
- 3. Ministério de Minas e Energia (MME)**
 - a. Wagner Alessandro Ferreira
- 4. Secretaria Geral da Presidência da República (SG-PR)**
 - a. Alexandre Costa Barbosa Presidência
- 5. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)**
 - a. Humberto Luciano Schloegl
- 6. Ministério do Planejamento e Orçamento (MPOG)**
 - a. Daniel Souza Coelho
- 7. Ministério dos Transportes (MT)**
 - a. Henrique Barros Pereira Ramos
- 8. Transparência Internacional Brasil (TI Brasil)**
 - a. Thulio de Oliveira
- 9. GT Infra**
 - a. Brent Millikan
- 10. Equipe de Monitoramento (CGU)**
 - a. Fernanda Montenegro Calado
 - b. Heloísa Vieira Curvello
 - c. Máira Souza Rodrigues Póvoa
 - d. Robson Luiz da Rocha e Silva

TÓPICOS ABORDADOS

- Informes gerais
- Monitoramento do compromisso

DESENVOLVIMENTO

A reunião foi aberta pela representante da equipe de Governo Aberto da Controladoria-Geral da União (CGU), que deu as boas-vindas aos participantes e expressou agradecimento pelo apoio e pelo comprometimento de todos os envolvidos na implementação do Compromisso 1.

Na sequência, destacou-se o encerramento do processo de revisão do 6º Plano de Ação Nacional, com a consolidação das contribuições recebidas nas etapas de participação e cocriação. A versão final do documento foi encaminhada à OGP e publicada na página de Governo Aberto. Registrou-se, ainda, o agradecimento aos participantes do compromisso pelo apoio e pelas contribuições ao longo do processo. Em seguida passou a palavra para o coordenador, Guilherme Fortuna, da CGU, que apresentou o andamento das atividades realizadas entre julho e setembro de 2026, conforme a tabela abaixo.

ACOMPANHAMENTO E ENCAMINHAMENTOS

Compromisso 1: “Criar ou aperfeiçoar, bem como disseminar instrumentos que viabilizem a transparência, o engajamento, a participação e o controle social efetivos e qualificados nas fases do ciclo de políticas públicas de infraestrutura: hierarquização de problemas, análises de soluções alternativas, detalhamento e execução de planos e projetos.”			
MARCOS	DATA PREVISTA DE CONCLUSÃO	RESPONSÁVEIS	OBSERVAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS
Marco 1 – Mapeamento de boas práticas e oportunidades de transparência, participação e controle social no processo decisório do planejamento, da execução e do monitoramento de investimentos de infraestrutura	julho/26	CGU* IEMA* SG MMA MGI (SEGES) IBAMA MPO (SOF) MPO (SEPLAN) Instituto Socioambiental (ISA) GT Infraestrutura	O coordenador do marco, Silvestre Cerejo, ressaltou o lançamento do novo Plano Nacional de Logística (PNL) 2050 no em agosto, planejamento que contou com mecanismos de participação social difundidos no âmbito do Compromisso 1. Paralelamente, afirmou que a CGU divulgou um relatório sobre governança no planejamento de transportes, disponível no link: Relatório - Relatórios de Auditoria da CGU. O estudo de caso da CGU foca especificamente nos empreendimentos de infraestrutura relacionados ao setor de transporte. Sobre o Mapeamento de Boas Práticas de Transparência e Participação Social em Infraestrutura, relatou que permanece no aguardo da devolutiva do IEMA em relação ao referido levantamento para concluir o Marco 1. O instituto também deverá lançar um relatório à parte, e será necessário chegar a um produto comum que reflita o

			entendimento das avaliações da CGU e da sociedade civil. Encaminhamento: O coordenador do Compromisso, Guilherme Fortuna, afirmou que conversará com o representante do IEMA, para verificar a expectativa de prazo.
Marco 2 – Proposição de alterações normativas que indiquem, para cada setor relevante, as fases em que a participação social é importante e necessária, mas ainda não prevista ou insuficiente	dezembro/27	CGU* MMA IBAMA GT Infraestrutura IEMA Instituto Socioambiental (ISA)	O marco 2 está diretamente vinculado ao marco 1 e avança em conjunto, de modo que sua execução depende dos resultados obtidos no primeiro.
Marco 3 – Aperfeiçoar o “Obras.Gov” de modo que contemple, de forma atualizada, todos os projetos de infraestrutura federais e as respectivas informações de seleção, planejamento, execução e monitoramento	dezembro/27	MGI (SEGES)* ANTT CGU MME MT MPOG (SEPLAN) MPOG (SOF) GT Infraestrutura IBRAOP Instituto Socioambiental (ISA) TI Brasil	Os requisitos do Plano de Ação que vinham sendo acompanhados em conjunto com os participantes do marco não foram totalmente concluídos, pois o ObrasGov 2.0 já está em fase de implementação e internalização pelo SERPRO que dará início aos trabalhos de produção. A representante do MGI, Viviane Amaral, também ressaltou a realização do <u>Webinar Obrasgov.br: Informação, Gestão e Dados em Obras Públicas</u>, no dia 30 de julho, cujo convite foi encaminhado aos participantes do Compromisso 1.

Marco 4 – Realizar ações de mobilização e capacitação para assegurar que o “Obras.Gov” seja devidamente preenchido e atualizado	junho/27	MGI (SEGES)* CGU CONFEA IBRAOP	As ações de mobilização vêm sendo executadas nos fóruns da rede de parceria, bem como em capacitações nos estados, municípios e junto a órgãos do governo central, sobre o preenchimento do sistema e os processos de trabalho. Também foi realizado o Webinar Obrasgov.br: Informação, Gestão e Dados em Obras Públicas , para o qual os participantes do marco foram convidados.
Marco 5 – Criação de espaço de diálogo permanente entre governo e sociedade sobre a agenda de aperfeiçoamento de planos e projetos de investimento em infraestrutura	junho/27	MGI (SEGES)* CONFEA SNPS – SG/PR GT Infraestrutura IEMA Instituto Socioambiental (ISA) TI Brasil	Em relação à proposta de mudança de coordenação do marco para a SG-PR, tema debatido no processo de revisão do compromisso, a CGU informou que foi encaminhada, em julho, comunicação formal à Presidência. Entretanto, ainda não houve retorno específico relacionado ao marco.
Marco 6 – Apresentação de proposta de aperfeiçoamento da transparência e controle social dos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC para o Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento – CGPAC	dezembro/24	TI Brasil* CGU GT Infraestrutura IBRAOP Instituto Socioambiental (ISA)	Marco concluído
Marco 7 – Dialogar e sensibilizar gestores públicos acerca de linguagem cidadã, transparência e participação em obras de infraestrutura, em convergência com as ações de promoção da integridade e transparência já realizadas pelos ministérios relacionados	junho/27	CGU* SNPS – SG/PR IBRAOP	Marco não iniciado. Encaminhamento: CGU informou que, em breve, será realizada a primeira reunião de execução, com convite mais amplo para todos, além daqueles que já integram o Marco. A ideia é trabalhar em parceria com o MGI.
Marco 8 – Desenvolver iniciativas para formação e engajamento para transparência e participação social	junho/27	SNPS – SG/PR* CGU MGI (SEGES) IBRAOP	Marco não iniciado. A coordenação do marco foi um dos temas (junto com o marco 5) tratados durante a interlocução entre a CGU e a SG-PR. O representante da SG-PR, que retomou o acompanhamento do compromisso, informou que não foi possível avançar, pois não há atuação da secretaria especificamente com o tema do marco. Sugeriu, após o período eleitoral, retomar a discussão.
Marco 9 – Levantamento de recomendações e boas práticas de	dezembro/26	TI Brasil* CGU CoST	Houve mudança em relação ao último trimestre. O diagnóstico de transparência

transparência de infraestrutura, contemplando diretrizes, bases de dados e categorias de informações, e realização de diagnóstico do estado atual da transparência da infraestrutura no governo federal		GT Infraestrutura IBRAOP IEMA ISA	e de boas práticas foi conduzido pela TI Brasil, em parceria com os participantes do Marco. A CGU informou no trimestre passado que não seria coautora da publicação, o que implicou alterações na execução e na revisão do percentual de execução do marco. O material foi publicado e, desde então, a proposta de normativa decorrente do diagnóstico foi apresentada ao Ministério dos Transportes, ao Ministério do Meio Ambiente e ao MGI. O MGI forneceu contribuições sobre como tramitar a proposta e discutiu sobre normas de transparência no campo da infraestrutura, além de como a proposta do grupo pode ser adaptada às mudanças normativas para facilitar sua tramitação. Atualmente, a TI Brasil avalia a possibilidade de adaptar o material.
---	--	--	---

*Coordenadores dos marcos.

Outros informes: o coordenador do compromisso apresentou a nova plataforma da CoST: [Infrastructure Integrity Toolbox](#), que traz um mapeamento dos principais riscos de integridade e das respectivas ações de mitigação.

Entre as boas práticas, está o Portal da Transparência do Governo Federal, no tema da divulgação das emendas, disponível no link: [Parliamentary amendments transparency portal - Infrastructure Integrity Toolbox](#).

O standard Infraestrutura Aberta da Transparência Internacional – Brasil, que foi utilizado como uma das linhas de base no estudo de avaliação do PAC, também está incluído entre as medidas de mitigação recomendadas.

PRÓXIMA REUNIÃO DE MONITORAMENTO

A próxima reunião será realizada no dia 04/12, às 10h.

REGISTRO FOTOGRÁFICO

